

CPMI do INSS ouvirá 'careca do INSS' na segunda-feira

Ex-presidente do INSS, Oliveira negou envolvimento nos descontos

Por Gabriela Gallo

Requerido diversas vezes e com altas expectativas para delação, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os descontos indevidos contra aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ouvirá nesta segunda-feira (15) o depoimento de Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como o "careca do INSS". Durante a sessão de quinta-feira (11), os membros da CPMI aprovaram uma série de pedidos de quebra de sigilo bancário e fiscal. Entre os requerimentos estão o de Antônio Carlos Camilo Antunes e o do ex-presidente do INSS, Alessandro Antônio Stefanutto.

Em abril, a Polícia Federal (PF), em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), destrincharam a operação "Sem Desconto", que deixou público o esquema de desvios de pagamentos ilegais de beneficiários do INSS com a justificativa de que os beneficiários teriam se tornado membros de associações de aposentados – o que era mentira. No relatório da PF, as autoridades citam Antônio Carlos Camilo Antunes como peça central nas fraudes.

Antunes é sócio de 22 empresas, das quais "várias" teriam sido utilizadas nas fraudes. Segundo apurações da PF, ele atuava em nomes dessas associações de aposentados, intermediando no INSS a autorização dos descontos de beneficiários. Ele recebia percentuais desses valores descontados, através de empresas de sua propriedade, contratadas formalmente pelas entidades beneficiadas.

Batizado de "careca do INSS", Antunes se declara um gerente com salário mensal de R\$ 24.458,23 e patrimônio entre R\$ 1 milhão e R\$ 5 milhões. Todavia, os agentes apontaram que as



CPMI ouviu depoimento de ex-ministro da Previdência Ahmed Mohamad Oliveira

transações realizadas por Antônio Carlos destoam e são muito superiores a sua suposta renda. De acordo com o relatório, entre os dias 22 de abril de 2024 e 16 de julho de 2024, ele acumulou patrimônio imobilizado no valor de R\$ 14,375 milhões.

Oliveira

Após a comissão ouvir o ex-ministro da Previdência Social Carlos Lupi, que atuou na terceira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de 2023 a maio de 2025 na última segunda-feira (8), na sessão da CPMI de quinta-feira (11) os deputados e senadores ouviram o depoimento de Ahmed Mohamad Oliveira, que atuou na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele era conhecido como José Carlos Oliveira, mas trocou de nome após se converter ao islamismo.

Oliveira foi presidente do INSS de novembro de 2021 a março de 2022. Em março daquele ano, ele assumiu o comando do Ministério da Previdência Social, onde permaneceu até o fim do então Bolsonaro, em 31 de dezembro de 2022.

Em seu depoimento, ele negou qualquer participação no esquema de desvio de recursos. Ele, no entanto, admitiu a capacidade limitada do instituto para verificar acordos de cooperação técnica (ACTs) com associações que praticaram descontos indevidos em benefícios. Ele ainda alegou desconhecer as operações irregulares dos desvios de recursos e disse que só tomou conhecimento do fato após a deflagração da Operação Sem Desconto.

Questionado, o ex-ministro e ex-presidente do INSS admitiu falhas no protocolo de verificação das entidades, mas reiterou que as assinaturas de ACTs em si não são fraudulentas. "A fraude não se dá na assinatura. A fraude se dá onde começa o crescimento das entidades sem a prévia autorização das pessoas", ele afirmou. Ele ainda declarou que há instrução normativa e decreto válidos que poderiam ser aplicados para permitir a revalidação de ACTs, que não estariam sendo seguidos pelo governo atual.

Alguns parlamentares apon-

taram contradições nas declarações de Oliveira. O vice-presidente da CPMI, deputado Duarte Jr. (PSB-MA), disse que Oliveira participou de reunião com a diretora da CGU, Eliane Mota, em março de 2022. Ele citou o evento após a própria Eliane prestar depoimento à comissão na última semana, na afirmou aos membros do colegiado que a Controladoria-Geral da União alertava sobre as irregularidades desde 2019 – ano apontado pelas investigações da PF como o início do esquema de descontos de benefícios. O ex-ministro disse que não se lembra do encontro.

Na sessão, o relator da comissão, deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AL) afirmou que o aumento dos descontos sem fiscalização também foi uma consequência de leis aprovadas pelo Congresso Nacional. Ele destacou que, em 2019, houve tentativa do governo de exigir revalidação anual dos descontos, mas o Parlamento flexibilizou a medida sob a justificativa na época da pandemia de Covid-19.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Moraes ironizou e criticou voto do colega

Isolado, Fux também acabou sendo 'condenado'

O ministro Luiz Fux foi, de maneira simbólica, o nono condenado no julgamento do núcleo crucial da tentativa de golpe de Estado.

Na sessão de ontem, o voto que ele pronunciara foi alvo de sucessivas críticas e ironias por parte de outros integrantes da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal.

Os ataques mais duras partiram do relator

do processo, Alexandre de Moraes, que havia sido criticado de maneira indireta por Fux. Moraes fez, pelo menos, cinco disparos na direção à fala do colega, ocorrida na véspera.

Fux classificara como exercício da liberdade de expressão pronunciamentos feitos por Jair Bolsonaro. Moraes selecionou um deles para ressaltar a gravidade do que fora dito.

Ameaça

No vídeo, o então presidente diz que Moraes deveria arquivar inquéritos, e ainda o chamou de canalha. O ministro ironizou o fato de a fala não ter sido considerada um crime. Alertou para os riscos que correria um juiz de cidade pequena que assim fosse atacado pelo prefeito.

Armas

Moares contestou também a decisão de Fux de absolver os oito réus da acusação de integrarem uma organização criminosa armada. Ressaltou que os planos de assassinato de autoridades foram feitos por militares que tinham acesso a forte armamento.



Fotos de manifestações foram mostradas na sessão

Moraes: manifestantes exaltavam Bolsonaro, não Cid

Outra contestação foi relacionada ao fato de Fux ter absolvido Bolsonaro e condenado seu ex-ajudante de ordens, tenente-coronel Mauro Cid, por tentativa de abolição do Estado de Direito.

Moraes também mostrou fotos de manifestações golpistas e do 8 de Janeiro e frisou que faixas exaltavam o papel de Bol-

sonaro, e não de Mauro Cid e de outros acusados.

Ressaltou que o responsável pela destruição de relógio do século XVII trazido por Dom João VI vestia camiseta com imagem do então presidente, e não de Mauro Cid. Na véspera, o ministro Flávio Dino ironizara a absolvição de Bolsonaro e a condenação de seu subordinado.

Apartes

A tabelinha entre ministros e a ministra Cármen Lúcia, a primeira a votar ontem, ficou evidente quando Moraes lhe pediu o aparte — Fux, na terça, ressaltara que um acordo entre eles impediria qualquer interrupção. Irônica, ela disse que concederia "todos" os apartes.

Anulação

Cármen Lúcia, sem citar Fux, também contestou pontos do voto do colega, que chegou a defender a nulidade do julgamento por suposto descumprimento de requisitos legais. Ela ressaltou que o plenário do STF já havia aprovado todos os procedimentos questionados.

Em cartório

Dino também pegou carentona nas ironias ao colega que negara a tentativa de golpe de Estado. Segundo ele, a articulação liderada por Bolsonaro produzira mais documentos que o Golpe de 1964. Para ele, só faltou o registro de ata em cartório por parte dos conspiradores.

Sentiu

Fux demonstrou ter sentido as críticas dos colegas e a repercussão majoritariamente negativa de seu voto na sociedade. Ao tratar da pena de Mauro Cid, tratou de justificar sua posição, alegou que não é simples julgar crimes recentemente incluídos no Código Penal.

Flávio chama condenação no STF de 'suprema perseguição'

Após a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formar maioria para condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por todos os crimes na trama golpista, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) falou em "suprema perseguição", e a oposição na Câmara dos Deputados divulgou nota em que classificou julgamento como político e defenderam a anistia.

A expressão utilizada por Flávio foi replicada por aliados do ex-presidente nas redes sociais em defesa do ex-presidente, cuja pena foi de 27 anos e três meses.

"A pretexto de defender a democracia, os pilares da democracia foram quebrados para condenar um inocente que ouso não se curvar a um ditador chamado Alexandre de Moraes", disse Flávio em suas redes sociais, em referência ao ministro do STF relator do caso.

O senador, principal porta-voz do pai no mundo político desde que foi decretada a prisão domiciliar no dia 4 de agosto, passou o dia no Senado e, depois de formada a maioria na Corte, seguiu para casa do pai, no Jardim Botânico, em Brasília.

"Chamam de julgamento um processo que todos já sabem o resultado antes mesmo



Oposição no Congresso articula por anistia

de ele começar. Não pelo que viria a ser produzido nos autos, mas por quem iria julgar. A isso chamam de defesa da democracia. Não, isso é defesa da supremacia", ele afirmou.

Parlamentares e apoiadores do ex-presidente compartilharam nas redes fotos e publicações em apoio a ele também com os dizeres "querem matar Bolsonaro". O próprio ex-presidente levantava a possibilidade de que morreria numa eventual prisão, diante do seu quadro de saúde.

A tese é propalada por seus aliados. Em entrevista para a Folha na semana passada, o pre-

sidente do PP e senador, Ciro Nogueira (PP-PI), disse que, se o Supremo o colocasse na cadeia, "é porque querem matar Bolsonaro".

O líder da oposição na Câmara, Luciano Zucco (PL-RS), classificou o julgamento como "político", em nota divulgada logo após a formação da maioria no Supremo. O deputado também exaltou o voto do ministro Luiz Fux, único da turma até o momento a divergir de Moraes e eximir Bolsonaro de qualquer crime.

Zucco acompanhou o julgamento de dentro do plenário da Primeira Turma em Brasília

e falou com jornalistas no local. Ele disse que a condenação fortalecerá a defesa a anistia a condenados no 8 de janeiro no Congresso Nacional, que deve beneficiá-lo.

"Isso só nos fortalece. Estamos trabalhando a pauta da anistia com muita tranquilidade e muita firmeza em diálogos com líderes de outros partidos", disse Zucco.

Apesar dos réus terem sido condenados pela Corte, ainda cabe recurso dos advogados.

Por Marianna Holanda, José Matheus Santos e Thaís Oliveira (Folhapress)

Carlos Moura/Agência Senado

Geraldo Magela/Agência Senado

Victor Piemonte/STF

Antônio Augusto/STF